

À Comissão Política

À Comissão de Direitos

Caros camaradas,

Como é por vós sabido, não apoiei a atual liderança do Bloco de Esquerda. Opus-me ao modelo de direção, que considerei e continuo a considerar que fragiliza o partido, e não aprovei a sua moção política. Tal não me impediu de defender, e de o ter feito publicamente, que via nos seus protagonistas, e particularmente em João Semedo, motivos de esperança no futuro do partido. Esperava que fossem dados alguns sinais no combate ao sectarismo que, nos últimos anos, foi tomando o Bloco de Esquerda. O sectarismo interno, que enfraqueceu o partido e o seu debate democrático, e o sectarismo externo, que tem impedido o Bloco de ser, como sempre quis ser, um factor de convergência e reconfiguração da esquerda portuguesa.

Infelizmente, em poucos meses, os sinais dados foram exatamente os opostos. E vão muito para lá do que já estava expresso na moção política aprovada em convenção.

Internamente, avançou-se com a criação de uma corrente maioritária ligada à moção que venceu a última convenção. A criação desta corrente – que já esteve em cima da mesa no passado e que em boa hora tinha sido esquecida – é apresentada como uma forma de garantir a “descorrentização” do Bloco que eu, como muitos camaradas, tenho defendido. Ela faz, no entanto, exatamente o oposto.

Além de representar uma incompreensível dispersão de esforços, num momento fundamental para o País e para o partido, ela assume uma tal forma hegemónica que agrava todos os problemas que a existência de correntes trazia consigo. Teremos um partido dentro do partido, que terá a capacidade de definir, sozinho, as principais opções políticas e a “distribuição de cargos” no Bloco (aquilo a que realmente as correntes se dedicam). A criação desta corrente matará, de uma vez por todas, a possibilidade de democratização da vida interna do Bloco, que só pode passar pela participação de todos os seus militantes, em igualdade de circunstâncias, na vida do partido. Ela cristaliza as divergências da última Convenção, exclui dos principais debates e decisões pelo menos um quarto dos militantes e cria um cordão sanitário entre “poder” e “oposição”, afirmando uma lógica de fidelidades que só pode ser prejudicial ao Bloco. O que mais me deixa perplexo é o completo autismo da direção do Bloco que, enquanto o País se desmorona, se entretém com estes pequenos golpes palacianos num partido com uma militância tão reduzida. Esta é a exibição que se dispensava de um Bloco imaturo e desconcentrado.

Tendo esta nova corrente como um dos principais promotores e mentores o anterior coordenador, fica também evidente que a indicação do atual modelo de liderança e a inusitada nomeação dos dois coordenadores não foi um acidente. O coordenador anterior não desistiu de continuar a coordenar, sem ocupar o cargo, o Bloco de Esquerda. Tal possibilidade resulta,

mais do que de características do próprio, da promoção de um certo culto da personalidade que deveria estar arredada da cultura política deste partido.

O Bloco foi dando sinais externos contraditórios, não permitindo perceber se, neste momento, o seu principal adversário é o mais selvagem de todos os governos que a democracia portuguesa já conheceu ou os restantes partidos da oposição. Tenho defendido que as eleições autárquicas, apesar do desprezo que a direção do partido sempre lhe dedicou, são fundamentais para o Bloco. Por duas razões: são o que pode garantir uma implantação nacional e o que lhe pode dar alguma experiência de trabalho com outras forças políticas e capacidade executiva aos seus militantes. Ao fim de 14 anos, o Bloco precisava de mostrar às populações a sua capacidade de “fazer melhor” e de provar, na prática, que as suas propostas políticas são exequíveis. Mais importante nas atuais circunstâncias: as autarquias seriam o espaço privilegiado para o Bloco experimentar e incentivar uma cultura unitária continuada.

Para tal, deveria estar aberto a várias formas de participação executiva autárquica, incluindo a que todos os partidos com assento parlamentar conhecem: a da participação em executivos que podem ou não ser liderados por outros partidos.

É conhecida a verdadeira estratégia do Bloco: concorrer em todo o lado em que o consiga fazer, tendo ou não equipas preparadas e trabalho programático para cada concelho. Mas o mais perturbante é perceber que, mesmo com esta estratégia suicida, a escolha de alguns candidatos obedeceu a lógicas de mera luta interna entre correntes (as que estão na dita grande corrente); e que houve pessoas que, apesar de serem indiscutivelmente uma mais-valia para o partido e de se terem disponibilizado para uma luta tão difícil, contando com o apoio empenhado dos principais protagonistas dessas candidaturas, foram vetadas por sectores da direção ultra-sectários para serem substituídas por militantes que têm como único currículo político a participação no aparelho do partido; e que, mais uma vez, o antigo coordenador teve um papel central nestas opções, mostrando que o seu abandono da direção foi meramente simbólico e que não tem a intenção de permitir que outros ocupem um lugar que julga ser seu de forma vitalícia.

Estas três opções – a correntização do Bloco, de forma definitiva, a uma “linha justa”, o boicote premeditado a qualquer entendimento à esquerda e a continuação de uma lógica sectária na vida interna do partido – não seriam, por si só, determinantes para pôr fim à minha militância no partido. Acontece que essas opções, em vez de darem sinais de que a direção do Bloco aprendeu com as últimas derrotas eleitorais e compreendeu porque é que a organização está no “osso” – votaram, para eleição dos delegados à última convenção (mais disputada do que qualquer outra), 1.600 militantes – mantêm e reforçam os principais erros dos últimos anos. Sendo certo que um partido incapaz da tolerância interna, nunca será um factor de criação de um espírito unitário que dê tradução política à luta popular. No seu, cada vez mais evidente, mimetismo do pior da cultura do PCP (sem o melhor, como a sua capacidade de mobilização), o Bloco acredita que, sozinho, poderá dar resposta à angústia e desespero das pessoas. E que outros estarão disponíveis para fazer o papel de “amigos” e *compagnons de route*.

Portugal vive um momento histórico que interpela todos os que querem ser mais do que espetadores de um desastre nacional que deixará um legado de décadas. Os partidos são, para

os que nele militam, instrumentos de ação política e espaços de filiação afectiva. Sou dos que consideram que, nos tempos que vivemos, a construção de maiorias sociais capazes de vencer esta ofensiva sem precedentes da selvajaria neoliberal se faz com um espírito de tolerância, diálogo e abertura. Que a convergência, circunstancial como todas as convergências, depende de uma razoável capacidade de negociação – que exige, em simultâneo, firmeza e humildade – e do abandono da mera lógica de sobrevivência aparelhística. Sozinho, o Bloco não chega para a luta que temos pela frente. Se, além disso, se dedica à exclusão de militantes, o Bloco será inútil nos combates que temos pela frente.

Este é um adquirido para mim: o Bloco só será útil, como instrumento político, se quiser participar em algo maior e se, no seu interior, aproveitar todos os seus melhores quadros. Os últimos três anos e as decisões agora tomadas evidenciam que não é esse o caminho que se quer trilhar. A transposição automática da realidade grega e do Síriza para Portugal, tão presente na moção mais votada na última convenção, está a deixar o Bloco cego às particularidades da realidade portuguesa e ao que elas exigem de si.

A cultura sectária para o exterior e para o interior não tem apenas efeitos na prática do partido. Mesmo do ponto de vista programático, o Bloco optou por se deixar enredar nas suas contradições, porque inverteu demasiadas vezes as suas prioridades. Em vez de definir as linhas de demarcação com base nas suas posições programáticas, determinou as suas posições programáticas em função das linhas de demarcação que queria definir. O que o leva, e este é apenas um exemplo, a continuar a definir-se como “europeísta de esquerda” enquanto se opõe a qualquer avanço num federalismo democrático. Isto enquanto critica o PCP por, de forma errada mas coerente, se bater por posições soberanistas. E trata a questão da saída do euro como um tabu indiscutível ao mesmo tempo que não apresenta propostas sólidas para uma reforma da União Europeia, do euro e dos tratados e uma visão credível para o desenvolvimento do País no quadro desta moeda única. Quer renegociar a dívida mas recusa a ideia de negociar com os credores e, entre eles, o mais relevante: a troika. Mais interessado em encontrar o seu espaço, fica muitas vezes no espaço de ninguém. Na realidade, o Bloco não tem, neste momento, um discurso muito mais claro do que o PS sobre a forma de sair desta crise. As suas indecisões são seguramente diferentes, e talvez menos gritantes, mas não são menos profundas. Esta indecisão é natural, nos tempos estranhos que vivemos. Mas não parece haver nenhuma vontade de as resolver. Porque tudo o que parece interessar é encontrar forma de, numa lógica de mera auto-preservação, delimitar espaços internos e externos, seguindo a velha mas não ultrapassada cultura de derrota crónica da extrema-esquerda.

Na táctica política, acontece o mesmo. Sem a capacidade de mobilização do PCP, o Bloco imita-lhe o estilo. Substitui o programa pelo protesto. Mas sem ter a força organizativa dos comunistas, apesar de também tentar criar organizações “unitárias” que lhe obedecem, fica apenas com a função de ser um megafone. Como já não tem a capacidade de atração de vontades que teve noutros tempos, falta-lhe massa crítica para se distinguir do PCP na capacidade de construção programática. Como teve uma política de quadros mais baseada em lealdades a dirigentes políticos (nem sequer é a linhas políticas) do que na qualidade, tem hoje um grupo parlamentar mais fraco, menos mobilizador e com muito menos capacidade propositiva do que no passado. No Parlamento, o Bloco é hoje, com algumas exceções, tão ou

mais cinzento do que o PCP. Sem poder compensar essa fragilidade com a capacidade de mobilização popular.

Dito tudo isto, não tenciono, como ativista e como cidadão, gastar energias seguindo caminhos que considero inúteis e errados. Vivo, vivem todas as gerações que não experimentaram o ativismo político revolucionário de 75/76 (que deixou marcas tão fortes e ressentimentos tão duradouros na esquerda portuguesa), o momento mais importante da minha vida como português. Não quero passar esse tempo em lutas internas sem qualquer utilidade política prática.

O que me mantinha no Bloco de Esquerda, apesar da sua deriva sectária e da sua crescente burocratização, eram a esperança e os afectos. A esperança que, perante a hecatombe nacional, o Bloco conseguisse sair de uma concha demasiado pequena e recente para que possa sequer justificar um sentimento absurdo de auto-suficiência. E afectos para com camaradas e amigos com quem, nos últimos 14 anos, trabalhei e com quem, com o meu pequeno contributo, ajudei a fundar, construir e fazer crescer este projeto que prometia desbloquear a esquerda e a mudar hábitos enraizados na militância partidária.

Seria o último a negar o enorme contributo que o Bloco de Esquerda deu para a política e para a esquerda portuguesa. Mas, chegado à fase da sua maturidade política, o Bloco está num impasse. Mais apostado em garantir a sua sobrevivência (como se o partido fosse um objectivo e não um instrumento), e mesmo assim pondo o poder de meia dúzia de dirigentes à frente do próprio partido, a direção parece não ver grande necessidade em sair deste impasse.

Na realidade, em vez desbloquear a esquerda, o Bloco é hoje um factor de bloqueio, alimentando-se e alimentando o sectarismo, competindo com o PCP nesse sectarismo, e querendo-se afirmar através do sectarismo. Do ponto de vista interno, as suas práticas desprezam o debate livre e sem preconceitos, criam anátemas para quem tenha posições divergentes e não promovem a autonomia de pensamento e o sentido crítico dos militantes. Optam quase sempre pelo dirigismo e o trefismo, punindo o pensamento próprio e a vontade de fazer um debate descomplexado. Desprezam, como se viu na escolha da liderança parlamentar, na distribuição de funções no grupo parlamentar e em algumas escolhas para as autárquicas, a qualidade e a eficácia. A funcionalização do Bloco de Esquerda, com um mini-aparelho a replicar o pior da cultura burocrática dos partidos, domina as lógicas internas e dá pouco espaço ao debate franco e sereno das divergências. Ao estreitamento ideológico, a que temos assistido, e que deixou para trás a promessa do Bloco representar “o arco-íris da esquerda” (onde social-democratas, comunistas, ecologistas e libertários cabiam), corresponde a criação de tabus que limitam a eficácia dos nossos combates políticos.

Sobram-me os afectos. Mas eles não chegam para ficar num partido político. A pergunta que um militante de qualquer partido se deve fazer quotidianamente não é porque deve sair de um partido, mas porque deve lá ficar. Perante este cenário, perante a falta de esperança de que o Bloco de Esquerda consiga fazer o “aggiornamento” indispensável para a criação de uma frente popular contra a austeridade e o neoliberalismo ou sequer ser uma força relevante na resistência à troika e ao governo de Passos Coelho, perante o gasto de energias em lutas internas de relevância duvidosa para a vida política nacional e europeia, perante a estigmatização, cada vez mais abrangente, de militantes, venho através desta longa carta

apresentar a minha demissão de aderente do Bloco de Esquerda. Não o faço sem um razoável sofrimento. Este partido representou uma parte importantíssima da minha vida nos últimos 14 anos. À sua fundação e à sua construção, assim como ao seu crescimento, dediquei, com muitos outros, muito do meu esforço, das minhas poucas qualidades e da minha esperança. Mas não seria sério, nem para mim nem para os militantes, manter-me num projeto político onde já não me sinto bem e no qual não tenho esperanças de me vir a sentir melhor.

Para as acusações que em todos os partidos surgem nestes momentos, informo que não estou no “mercado partidário”. Apenas quero dedicar todas as minhas energias aos espaços de cidadania fundamentais para a enorme luta que nos espera. Desejo, e este desejo não podia ser mais sincero, o melhor para o partido de que fui, na última década e meia, militante. Sabendo que nos vamos reencontrar muitas vezes. Algumas pessoas me terão desiludido. Outras nem tanto. Mas, no geral, fiz amigos aqui. E fiz camaradas. Uns e outros continuarão a ser isso mesmo: amigos e camaradas.

Daniel Oliveira